

ÍNDICE

Aumento da alíquota do IOF incidente sobre a transferência de recursos para o exterior.....	2
Decisão do STJ dispõe sobre prazo para demandar judicialmente a anulação de alteração de contrato social.....	2
CADE e BCB põe fim à disputa sobre a competência para análise de operações societárias	2
Empresas com sócios estrangeiros tem até 31 de março para atualizar informações periódicas obrigatórias no Banco Central	3
Apresentado relatório de Medida Provisória 806 sem tributação de estoque de fundos fechados	3
STJ confirma isenção de ITCMD para VGBL.....	4
Receita define regras para entrega do Imposto de Renda Pessoa Física em 2018	4

Aumento da alíquota do IOF incidente sobre a transferência de recursos para o exterior

Legislação Federal

Publicado no DOU de 02/03/2018, o Decreto nº 9.297 alterou a alíquota do IOF incidente sobre as transferências de recursos para o exterior. A partir do dia 03 de março de 2018, estas operações estão sujeitas à alíquota de 1,10% sobre o valor, em moeda estrangeira, da operação. Anteriormente, as transações dessa natureza eram tributadas à alíquota genérica do IOF, de 0,38%. Para mais informações, clique [Aqui](#).

Decisão do STJ dispõe sobre prazo para demandar judicialmente a anulação de alteração de contrato social

STJ

Foi publicado no dia 20 de fevereiro do presente ano acórdão pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), nos autos do Recurso Especial nº 1.543.070/PR de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, no qual o tribunal decidiu que, ante a ausência de previsão específica, o prazo para exercer o direito de pleitear na esfera judicial anulação de alteração de contrato social de sociedade limitada é de 4 anos, conforme regra disposta no artigo 178, II, do Código Civil. Mais informações, clique [Aqui](#).

CADE e BCB põe fim à disputa sobre a competência para análise de operações societárias

Em 28 de fevereiro de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e o Banco Central do Brasil ("BCB") assinaram um Memorando de Entendimentos no qual está

previsto que as duas autarquias são competentes para analisar as operações societárias que afetam o Setor Financeiro Nacional.

De acordo com o Memorando, nos casos em que o BCB concluir que a demora e/ou a não aprovação da operação possa trazer riscos à

solidez e estabilidade do Sistema Financeiro, o BCB aprovará a operação e comunicará ao CADE, que também a aprovará tendo em visto o efeito positivo da operação para a manutenção da estabilidade do Sistema Financeiro. Mais informações, clique [Aqui](#).

Empresas com sócios estrangeiros tem até 31 de março para atualizar informações periódicas obrigatórias no Banco Central

Banco Central

Até o dia 31 de março de 2018 deverão ser transmitidas as atualizações de informações periódicas no módulo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) do Registro Declaratório Eletrônico (RDE). Serão exigidas informações referentes ao valor do patrimônio líquido, ao valor do capital social integralizado,

assim como ao valor do capital integralizado por cada investidor estrangeiro.

As obrigações em referência estão dispostas na Circular 3.814/16, alterada pela Circular 3822 de 20/01/2017, a qual estabelece novas regras para as empresas no Brasil que possuem participação de sócios estrangeiros.

Mais informações, clique [Aqui](#) e [Aqui](#).

Apresentado relatório de Medida Provisória 806 sem tributação de estoque de fundos fechados

Legislação Federal

Relator da Medida Provisória 806, que altera a tributação do Imposto de Renda (IR) sobre os fundos de investimentos restritos ou exclusivos

fechados, o deputado Wellington Roberto (PR-PB) apresentou ontem seu parecer com uma mudança que desagrada fortemente o governo.

O governo previa uma cobrança retroativa sobre o rendimento de todo estoque, mas o texto do relator retirou a possibilidade de retroatividade. No texto do relator foi mantida, entretanto, a equiparação de fundos de investimentos em participações (FIP) patrimoniais a empresas. A MP precisa cumprir todos os ritos de aprovação no Legislativo até 7 de abril do presente ano, para evitar que a mesma caduque. Mais informações [Aqui](#).

STJ confirma isenção de ITCMD para VGBL

STJ

Em julgamento realizado em 20 de fevereiro de 2018, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo de que a transferência do saldo de contratos de previdência privada denominados Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) em virtude do falecimento do investidor é isenta de pagamento do imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD). Mais informações [Aqui](#).

Receita define regras para entrega do Imposto de Renda

Pessoa Física em 2018

Receita Federal

O secretário da Receita Federal do Brasil expediu a Instrução Normativa nº 1.794, dispondo sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2018, ano-calendário de 2017, pela pessoa física residente no Brasil. Mais informações [Aqui](#).

Veja este boletim e os anteriores em nosso site:

www.vcadv.com.br